



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

Reunião de encerramento de Correição e Audiência Pública

1. IDENTIFICAÇÃO

Zona Eleitoral: 78ª

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS: CAMBÉ

REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS: 28 de março de 2019, pela equipe da **Corregedoria:** Antônio Marcos Rebelo (SINC), Cleber Jose Ferreira Silva (CRECAJ), Fabio Henrique Borges Da Silva (SDP).

Data / Local da Reunião: 28 de março de 2019, reunião de encerramento às 15h15 e audiência pública às 16h, no Fórum Eleitoral de Cambé

Participantes:

DES. TITO CAMPOS DE PAULA - Corregedor Regional Eleitoral

DRA. PATRICIA DE MELLO BRONZETTI AVALOS – Juíza Eleitoral

MÔNICA MIRANDA GAMA MONTEIRO - Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral

Antônio Marcos Rebelo – Servidor CRE

Cleber Jose Ferreira Silva – Servidor CRE

Fabio Henrique Borges da Silva – Servidor CRE

CRISTIANE CAMILA BONACIN GARCIA - Chefe de Cartório

DANIELA LUMIKO NISHIO TOYOHARA YUYAMA - Servidora

MAURÍCIO PIRES DA COSTA - Servidor

FRANCIANE MOZER ARANTES MARQUES DE ANDRADE – servidora requisitada

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA – servidor requisitado

GISLAINE LIMA OLIVEIRA – estagiária

MARIANA FREIRE FIGUEIREDO - estagiária

2. ATA DO ENCERRAMENTO DE CORREIÇÃO E AUDIÊNCIA PÚBLICA

TEMAS TRATADOS:

Em data, hora e local, acima referidos, em cumprimento à Portaria nº 1/2019-CRE/PR, que determinou a realização de correição extraordinária na Zona Eleitoral já nominada, realizou-se reunião de encerramento dos trabalhos de correição, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

2

Desembargador Tito Campos de Paula, com os presentes supra mencionados. O Senhor Corregedor discorreu sobre a finalidade da correição que é primordialmente a de orientação (*instruir para não punir*) e, quando constatados eventuais equívocos, a de propor medidas educativas e preventivas, destacando a importância do contato pessoal do Corregedor com os Juízes Eleitorais e servidores, como meio de colher eventuais sugestões e críticas voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços eleitorais, da sua qualidade e transparência, além de promover a união de esforços com foco na resolução de problemas que se apresentem. Enfatizou a necessidade de se buscar mesários voluntários para atuarem nas eleições, considerando o estímulo da isenção de taxa de concurso público, aprovada em lei estadual, notadamente entre os jovens e os universitários, e relatou a política da gestão do TRE para 2019, tais como: **[1]** Liberdade com responsabilidade, como forma de atuação dos servidores, de modo a se evitar reclamações e suas consequências; **[2]** humanização das relações interpessoais e sobre a importância de cultivá-la entre Juiz e Servidores, a fim de promover a confiança nas relações e valorização das pessoas, estimulando a cooperação e o bom desenvolvimento do trabalho em equipe. Nesse ponto, citou resolução recentemente aprovada no TRE que busca a valorização do servidor que se aposenta; **[3]** a desburocratização, citando como exemplo o uso do whatsapp em projeto piloto em duas zonas eleitorais: uma de Campo Largo e outra de Londrina; **[4]** a valorização do exercício da cidadania, principalmente entre os jovens, como meta para a Justiça Eleitoral, relacionando-o ao exercício da soberania, da qual nasce o direito ao voto direto, secreto e universal. Citou os projetos da Escola Judiciária Eleitoral, Parlamento Jovem, Eleitor do Futuro e Segurança do Processo Eleitoral, como incentivo ao exercício da cidadania, a cujas iniciativas pediu apoio aos Juízes e servidores presentes. Por fim, ressaltou sobre a alta qualificação dos servidores da Justiça Eleitoral e dos Juízes estaduais, reforçando que esta Justiça especializada possui capacidade para receber os processos de crimes de corrupção conexos com os crimes eleitorais e de bem se desincumbir dessa atribuição. Passou a palavra à Secretária, Mônica Miranda Gama Monteiro, a qual enfatizou que os trabalhos de verificação dos serviços nas zonas acima nominadas realizaram-se com fundamento em roteiro previamente estabelecido, cujo relatório será oportunamente encaminhado ao Juiz Eleitoral. Mencionou que a correição, como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ATA

3

etapa da atuação fiscalizatória da Corregedoria possui viés eminentemente preventivo, dissociado do papel punitivo, pelo qual são tradicionalmente reconhecidas as corregedorias, e tem por fim aperfeiçoar os processos de trabalho. Elogiando a organização e o trabalho realizado na zona eleitoral, pontuou as incidências mais ocorrentes em correições, respectivamente sobre as atividades processuais e as do cadastro eleitoral, dando destaque a essas últimas, tendo em vista seu impacto na quitação eleitoral e em outros sistemas da Justiça Eleitoral, e de se promover com zelo o andamento processual de modo a evitar a paralisação de processos, evitando-se a inversão em ritos processuais e a duplicidade de intimações. Destacou também a importância do comparecimento do Juiz Eleitoral no Cartório para acompanhamento das atividades e de propiciar convívio e gerar relação de confiança entre magistrado e servidores, visando à integração da equipe, principalmente com vistas ao melhor desenvolvimento dos trabalhos no período eleitoral. Noticiou, ainda, a implementação do PJE nas Zonas Eleitorais até novembro próximo.

RELATOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES APRESENTADOS PELOS PRESENTES:

Ao final, a Dra. Patricia de Mello Bronzetti Avalos, Juíza Eleitoral, agradeceu a presença do Corregedor e da equipe, e ressaltou o esforço da equipe, que tem por vontade fazer dar certo, na manutenção da qualidade dos serviços, principalmente após o rezoneamento, quando Cambé perdeu uma das zonas eleitorais.

ENCERRAMENTO REUNIÃO:

Por fim, informou-se que os relatórios serão oportunamente encaminhados para a pertinente e devida regularização dos pontos indicados, tendo o Senhor Corregedor se colocado, assim como toda a equipe, à disposição dos Juízes e dos servidores, e encerrado a reunião.

AUDIÊNCIA PÚBLICA: Na sequência, os presentes já nominados se encaminharam para a Audiência Pública, convocada com a **finalidade** de colher sugestões e críticas dos jurisdicionados dos municípios indicados acima (**EDITAL ANEXO**), notadamente dos representantes dos partidos políticos e das autoridades locais, convidados nominalmente, **com vistas ao aprimoramento dos processos eleitorais e do atendimento à sociedade (eleitores, partidos políticos, candidatos e advogados)**, juntando-se aos então presentes: representantes de partidos políticos, autoridades locais, Juízes de Direito da Comarca, e os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ATA

4

cidadãos segundo **LISTA DE PRESENÇA ANEXA.**

A audiência pública foi presidida pelo Corregedor Regional, Desembargador Tito Campos de Paula, e pela Juíza da 78ª Zona Eleitoral, Dra. Patrícia de Mello Bronzetti Avalos. Feitas as apresentações iniciais e após os cumprimentos aos presentes, o Corregedor relatou sobre a estrutura orgânica do TRE e ressaltou o objetivo da audiência pública, no sentido de colher críticas e sugestões para contribuir para o melhor funcionamento da Justiça Eleitoral, criando proximidade com a sociedade. Destacou que os trabalhos a serem realizados neste ano de 2019 são relevantes, na medida em que é o ano de preparação das eleições de 2020, as quais, por serem municipais, detêm carga maior de complexidade ante o número de municípios e de candidatos envolvidos. Teceu comentários sobre o Projeto Biometria, que será finalizado neste ano no Estado do Paraná, com o recadastramento biométrico de aproximadamente 800 mil eleitores, em torno de 10% do eleitorado do Estado, e sobre a excelente infra-estrutura física da Justiça Eleitoral do Paraná em fóruns eleitorais e agora com a usina fotovoltaica, que será inaugurada neste primeiro semestre, e que vencida essa etapa, a Justiça Eleitoral deve se preocupar com o apoio a projetos voltados à consciência dos valores da democracia e sobre como podemos melhorar nosso país com o exercício consciente do 'poder' do voto. Falou da importância do incentivo à participação dos jovens com idade entre 16 e 18 anos no processo eleitoral, estimados em aproximadamente 800 mil, além da divulgação dos projetos da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná (EJE-PR) voltados à cidadania e que buscam proximidade com a sociedade baseada nos valores da democracia, tais como "Eleitor do Futuro", "Parlamento Jovem" e "Segurança do Processo Eletrônico". Foi aberta a palavra a todos os presentes, cujos relatos, críticas e sugestões seguem descritos em tópico abaixo.

RELATOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES APRESENTADOS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

1 – O Vereador Carlos Alberto Abud (Berro) falou sobre o retrocesso da decisão que deliberou sobre a **extinção de uma das zonas eleitorais de Cambé**, solicitando a sua reversão. O Desembargador Tito demonstrou preocupação com a queixa da comunidade, deliberando levar o pedido à apreciação do Tribunal Superior Eleitoral.

2 – Aparecida de Fátima Mandelli, diretora de escola estadual, e representando os diretores presentes, apresentou pedido de que **seja revista pela Justiça**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

5

Eleitoral a nomeação de professores como mesários, ainda que estes se apresentem em caráter voluntário, haja vista a dificuldade em se dispensar professor em escolas que funcionam em tempo integral, sem que haja prejuízo aos alunos. O Senhor Corregedor deliberou enviar ofício-circular instruindo os cartórios, nas nomeações de mesários, para que atentem à convocação de mesários de determinado colégio, de forma a compatibilizar, na medida do possível, a realização da eleição com o funcionamento dos colégios. De outro lado, deliberou encaminhar as sugestões/críticas/elogios apresentados à apreciação das esferas competentes para as providências, haja vista o contido no art. 22 e parágrafo único da Resolução-TSE nº 23.554.2017.

3 – O Prefeito de Cambé, José do Carmo, agradecendo a presença do Corregedor no município, destacou [1] o bom relacionamento do município com o Poder Judiciário e com a Justiça Eleitoral e seus servidores, a quem elogiou pelo trabalho harmônico e coeso e pelo profissionalismo; [2] a importância do projeto de simulação dos votos, com a urna eletrônica, realizada na zona eleitoral para mostrar a transparência da votação; [3] o avanço na identificação biométrica do eleitor; [4] solicitou que os servidores cedidos pelo município na zona eleitoral sejam utilizados para a divulgação dos programas de cidadania nas escolas municipais; [5] que a população seja instruída, por ocasião das eleições, sobre o que pode e que não pode ser feito nas campanhas eleitorais, e não somente o candidato, pois os cidadãos quando pedem aos candidatos também podem estar eventualmente incorrendo em algum ilícito.

4 – Alzira Guedes, Vereadora, solicita urnas eletrônicas para eleição de presidente do bairro, tendo sido orientada a requerer oportunamente no cartório eleitoral.

5 – David Garcia, representante da OAB, deu as boas vindas ao Desembargador Tito e, narrando que o rezoneamento causou prejuízo à fiscalização das eleições no período eleitoral, dada a extensão do município, e gerou concentração dos trabalhos, havendo prejuízo aos candidatos e, aos advogados que militam nas causas eleitorais, pediu o registro em ata, em nome da OAB, de **nota de descontentamento, solicitando seja reportado às esferas competentes para que retorne mais uma zona eleitoral a Cambé**, registrando desde logo voto de louvor pela iniciativa, se houver. Elogiou a Juíza Eleitoral, Dra. Patrícia, pela condução dos trabalhos nas últimas eleições, mesmo com as dificuldades relatadas em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ATA

6

razão da perda de uma zona eleitoral.

ENCERRAMENTO: Na sequência, o Senhor Corregedor agradecendo a presença de todos, colocou-se à disposição e encerrou a audiência pública. Eu, _____ (Mônica Miranda Gama Monteiro), Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Tito Campos de Paula.

Desembargador TITO CAMPOS DE PAULA
Corregedor Regional Eleitoral